



TERMO DE AUTORIZAÇÃO Nº 0075/2016

Termo de Autorização para exploração de linha regular do sistema de transporte coletivo rodoviário intermunicipal do Estado de Goiás, conforme processo nº 201600029000675.

A **AGÊNCIA GOIANA DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS – AGR**, inscrita no CNPJ / MF sob o nº 03.537.650/0001-69, com sede à Av. Goiás, nº 305, centro, em Goiânia, Estado de Goiás, no uso de suas competências para planejar, organizar, regular, controlar e fiscalizar o serviço de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros do Estado de Goiás, nos termos do inciso III, do § 1º, do art. 1º, da Lei nº 13.569, de 27 de dezembro de 1999 e do inciso III, do § 4º, do art. 1º, do Decreto nº 8.498, de 02 de dezembro de 2015, bem como do § 1º, do art. 2º, da Lei nº 18.673, de 21 de novembro de 2014 e art. 2º, do Decreto nº 8.444, de 1º de setembro de 2015, autorizada pelo seu Conselho Regulador nos termos da **Resolução Normativa nº 0055 de 04 de maio de 2016**, que passa a fazer parte integrante deste ato, neste ato representada pelo seu Conselheiro Presidente, **Ridoval Darci Chiareloto**, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF / MF sob o nº 020.528.229-68, doravante denominada **AGR** e a empresa **EXPRESSO SÃO JOSÉ DO TOCANTINS LTDA.**, inscrita no CNPJ / MF sob o nº 02.227.767/0001-83, com sede à Av. Brasil Norte, nº 1655, Bairro Cidade Jardim, em Anápolis, Estado de Goiás, neste ato representada pelo senhor **VANDIR LOPES JÚNIOR**, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF / MF sob o nº 243.063.711-15, doravante denominada **AUTORIZATÁRIA**, resolvem celebrar o presente **TERMO DE AUTORIZAÇÃO** para exploração de linha regular do serviço de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros do Estado de Goiás, na forma abaixo.

CAPITULO I DO OBJETO

Art. 1º. Constitui objeto do presente **TERMO DE AUTORIZAÇÃO** a delegação por parte da **AGR** à **AUTORIZATÁRIA** do direito de exploração da linha:

II - Linha nº 04.500-00 – Anápolis a Corumbá de Goiás, convencional, com extensão de 56 km e com o seguinte itinerário: Anápolis e Corumbá de Goiás. Valor da outorga de R\$ 103.779,81 (cento e três mil, setecentos e setenta e nove reais e oitenta e um centavos), referente ao tempo de vigência de 15 anos.

CAPITULO II DA FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Art. 2º. A AUTORIZATÁRIA deverá prestar os serviços da linha de acordo com os padrões técnicos operacionais definidos pela AGR, bem como observando o que dispõe a Lei nº 18.673, de 21 de novembro de 2014 e o Decreto nº 8.444, de 1º de setembro de 2015.

Art. 3º. A frequência de viagens ordinárias do serviço de transporte regular será realizada de acordo com os quantitativos mínimos estabelecidos para cada linha intermunicipal.

Art. 4º. A oferta de viagens extraordinárias se dará mediante prévia comunicação à AGR, quando ficar demonstrada a necessidade de atendimento de excesso de demanda de caráter ocasional.

Art. 5º. A definição do quadro de horários de operação de cada linha intermunicipal ficará sob responsabilidade da AUTORIZATÁRIA e deverá atender às necessidades de deslocamento dos usuários do serviço de transporte regular para aprovação prévia da AGR.

Art. 6º. A AUTORIZATÁRIA ficará responsável pela transferência das informações à AGR referentes à venda de passagens, número de passageiros, horários e demais dados referentes às viagens, nos prazos e termos por estes definidos.

Art. 7º. A AUTORIZATÁRIA observará os itinerários estabelecidos e poderá solicitar à AGR a inclusão ou retirada de pontos de parada entre os pontos terminais.

§ 1º Quando ocorrer impraticabilidade temporária do itinerário, o serviço será executado pela via disponível mais direta, com imediata comunicação à AGR.

§ 2º Cessado o motivo determinante da impraticabilidade temporária do itinerário mencionada no § 1º deste artigo, à AUTORIZATÁRIA retornará, de imediato, ao itinerário original da linha, comunicando o fato à AGR.

CAPÍTULO III DOS ENCARGOS DA AGR

Art. 8º. Incumbe à AGR:



I - baixar os atos administrativos necessários à operacionalização deste Termo de Autorização, organizar, coordenar e controlar o serviço e a atividade econômica dele objeto;

II - fiscalizar, permanentemente, a prestação do serviço delegado e coibir o transporte não concedido, permitido ou autorizado;

III - aplicar as penalidades legais, regulamentares e contratuais;

IV - extinguir a autorização na forma legal;

V - intervir, na forma legal e regulamentar, na prestação do serviço;

VI - reajustar as tarifas e proceder à sua revisão;

VII - fazer cumprir as disposições legais, regulamentares e contratuais;

VIII - zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e adotar providências para solucionar queixas e reclamações dos usuários, realizando, quando for o caso, a mediação e, no fracasso dessas, deliberando sobre elas;

IX - estimular o aumento da qualidade e da produtividade, a preservação do meio-ambiente e a conservação dos bens e equipamentos utilizados no serviço;

X - assegurar o princípio da opção do usuário mediante o estímulo à variedade de combinações de preço, qualidade e quantidade de serviços.

CAPÍTULO IV **DOS ENCARGOS DA AUTORIZATÁRIA**

Art. 9º. Sem prejuízo dos encargos previstos em normas legais, regulamentares e pactuadas pertinentes, a AUTORIZATÁRIA deverá:

I - submeter-se à regulação, ao controle e a fiscalização da AGR, facilitando-lhe a ação e cumprindo as suas determinações, especialmente no correto fornecimento e atendimento de informações, dados, planilhas de custo, documentos e outros elementos, sempre na forma e periodicidade requisitados;

II - permitir aos encarregados da fiscalização livre acesso, em qualquer época, aos equipamentos e às instalações integrantes do serviço, bem como aos registros operacionais, contábeis e estatísticos;

III - pagar à AGR a Taxa de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos - TRCF, nos termos da Lei nº 13.569, de 27 de dezembro de 1999, com suas alterações;

IV - pagar à AGR o valor de outorga para o serviço estabelecido neste Termo de Autorização, nos termos do que dispõe o § 4º e o § 5ª do artigo 11 do Decreto nº 8.444, de 1º de setembro de 2015;

V - prestar, na forma legal e regulamentar, contas da gestão do serviço à AGR;

VI - cumprir e fazer cumprir as disposições legais e regulamentares da AGR;

VII - prestar serviço adequado, na forma prevista nas normas legais e regulamentares, nas normas técnicas aplicáveis e nas ordens de serviço;

VIII - zelar pelas condições de segurança, higiene e conforto dos veículos utilizados;

IX - afixar em local visível nos veículos o número do telefone da Ouvidoria da AGR;

X - atuar conforme especificações constantes nas ordens de serviço operacional emitidas pela AGR;

XI - cobrar do usuário e arrecadar a tarifa referente ao serviço de transporte regular;

XII - manter os usuários informados e orientados sobre o funcionamento do serviço;

XIII - substituir os veículos que atingirem o tempo máximo permitido de modo a manter o perfil etário definido para a frota;

XIV - comunicar com antecedência à AGR qualquer modificação nas características dos veículos que compõem a sua frota.

CAPÍTULO V DA REMUNERAÇÃO PELA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

Art. 10. A prestação do serviço de transporte regular de que trata este Termo de Autorização será remunerado pela receita arrecadada por meio da cobrança de tarifas (bilhetes de passagens) pagas diretamente pelo usuário.

Art. 11. É facultado à AUTORIZATÁRIA a prática de uma tarifa promocional com desconto sobre o valor da tarifa normal do serviço de transporte regular.

§ 1º O preço promocional da tarifa, em todos os horários ou em alguns deles, somente poderá ser praticado para todo o percurso da linha.

§ 2º No bilhete de passagem, deverá constar, em destaque, que se trata de tarifa promocional.

Art. 12. A adoção de tarifa promocional correrá por conta e risco da AUTORIZATÁRIA, não podendo ser utilizada como fundamento para pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro.

Art. 13. Para serviços diferenciados prestados pela operadora, as tarifas poderão ser diferenciadas em função das características técnicas e custos específicos, mediante autorização da AGR.

Art. 14. Com a finalidade de preservar o equilíbrio econômico-financeiro dos serviços executados, o valor das tarifas será atualizado por meio de reajustes anuais, nos meses de julho de cada ano.

Parágrafo único. O reajuste anual do coeficiente tarifário do serviço de transporte regular objetiva recompor o valor monetário da tarifa.

Art. 15. Além dos ajustes previstos no artigo 17 deste termo poderá haver revisão extraordinária da tarifa em decorrência de eventos que resultem em modificações imprevistas na relação de direitos e obrigações entre a AUTORIZATÁRIA e AGR.

CAPÍTULO VI DA TARIFA MÁXIMA E DO SEU REAJUSTE

Art. 16. A tarifa inicial para o serviço de que trata esta Resolução será fixada e definida com base nos coeficientes tarifários atualmente em vigor.

Art. 17. A AGR fixará o Coeficiente Tarifário Máximo em sua data base, no período compreendido de 1º a 31 de julho de cada ano.

CAPÍTULO VII DOS DIREITOS E DEVERES DOS USUÁRIOS

Seção I Dos Direitos dos Usuários

Art. 18. Sem prejuízo do disposto na legislação específica e nas normas estabelecidas pelo ente regulador, são direitos do usuário do serviço de transporte de que trata este Termo de Autorização:

I - modicidade das tarifas;

II – garantia de atendimento nos casos de gratuidades previstas em lei;

III - receber serviço adequado, que satisfaça as condições de segurança, regularidade, continuidade, pontualidade, eficiência, atualidade, generalidade, cortesia e comodidade;

IV - receber da AGR e da AUTORIZATÁRIA informações para a defesa de interesses individuais ou coletivos;

V - ser transportado do início ao término da viagem, salvo caso fortuito ou força maior, com pontualidade, segurança, higiene e conforto;

VI - ser atendido com urbanidade pelos prepostos da AUTORIZATÁRIA e pelos agentes de fiscalização da AGR;

VII - ser auxiliado no embarque e desembarque, especialmente em se tratando de crianças, pessoas idosas ou com dificuldade de locomoção;

VIII - transporte gratuito de volumes no bagageiro e no porta-embrulhos, respeitados os limites estabelecidos em regulamentação própria;

IX - receber os comprovantes dos volumes transportados no bagageiro;

X - ser indenizado por extravio ou dano dos volumes transportados no bagageiro;

XI - nos casos de interrupção ou retardamento da viagem, receber alimentação e pousada às expensas da AUTORIZATÁRIA, enquanto perdurar a situação;

XII - ter garantida sua poltrona no ônibus, nas condições constantes do bilhete de passagem;

XIII - receber da AUTORIZATÁRIA informações acerca das características dos serviços, tais como horários, tempo de duração da viagem, localidades atendidas e preço da passagem;

XIV - transporte gratuito de crianças de até 5 (cinco) anos, desde que não ocupem poltronas, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis ao transporte de menores de idade;

XV - efetuar a compra de passagem com data de utilização em aberto, sujeita a reajuste de preços se não utilizada dentro de 1 (um) ano, a contar da data da emissão;

XVI - receber a importância paga ou revalidar sua passagem, no caso de desistência da viagem, desde que se manifeste com antecedência mínima de 2 (duas) horas em relação ao horário de partida;

XVII - seguro facultativo de acidente pessoal, que deverá ser disponibilizado ao passageiro pela AUTORIZATÁRIA mediante aviso ostensivo no local de venda.

Seção II

Dos Deveres dos Usuários

Art. 19. Sem prejuízo do disposto na legislação específica e nas normas estabelecidas pela AGR, são deveres do usuário do serviço de transporte de que trata este Termo de Autorização:

I - levar ao conhecimento do poder público e da AUTORIZATÁRIA as irregularidades de que tenham conhecimento, referentes ao serviço prestado;

II - comunicar às autoridades competentes os atos ilícitos praticados pela AUTORIZATÁRIA na prestação do serviço;

III - contribuir para a permanência das boas condições dos bens públicos por meio dos quais lhes são prestados os serviços.

CAPÍTULO VIII

DOS DIREITOS, DEVERES E GARANTIAS DA AUTORIZATÁRIA

Art. 20. Os direitos, os deveres e as garantias da AUTORIZATÁRIA, são estabelecidos pela Lei nº 18.673, de 21 de novembro de 2014, no Decreto nº 8.444, de 1º de setembro de 2015 e em normas editadas pela AGR.

CAPÍTULO IX

DOS VEÍCULOS

Art. 21. Os veículos a serem utilizados na execução dos serviços deverão atender às exigências de ordem legal, técnica e às normas editadas pela AGR.

CAPÍTULO X

DO PRAZO DE VIGÊNCIA

Art. 22. O presente Termo de Autorização vigorará pelo prazo de 15 (quinze) anos, podendo ser prorrogado por igual período, desde que atendidas às disposições legais, de ordem técnica e a AUTORIZATÁRIA tenha prestado um serviço adequado a ser avaliado pela AGR.

CAPÍTULO XI

DA EXTINÇÃO

Art. 23. O presente Termo de Autorização poderá ser extinto nas hipóteses previstas no art. 16, da Lei nº 18.673, de 21 de novembro de 2014.



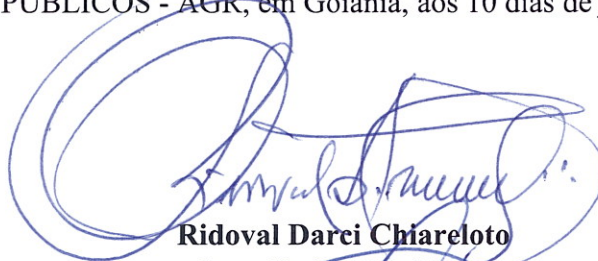
CAPÍTULO XII DA VALIDADE E MARCO INICIAL DE VIGÊNCIA

Art. 24. O presente Termo de Autorização, após devidamente assinado pelas partes, entrará em vigor na data da publicação de seu extrato no Diário Oficial do Estado de Goiás.

E, por estarem assim de pleno acordo com todas as condições estipuladas, assinam este Termo de Autorização em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para os mesmos efeitos legais.

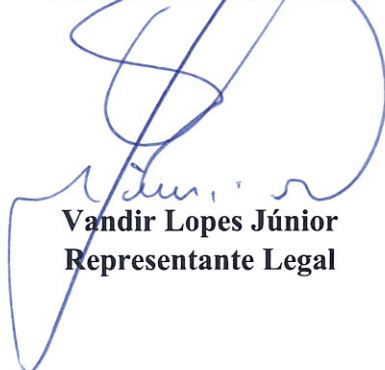
AGÊNCIA GOIANA DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO
DE SERVIÇOS PÚBLICOS - AGR, em Goiânia, aos 10 dias de junho de 2016.

AGR:



Ridoval Darci Chiareloto
Conselheiro Presidente

AUTORIZATÁRIA:



Vandir Lopes Júnior
Representante Legal



EXTRATO Nº 0025/2016
AGR

Processo nº: 201600029000675.

Interessado: Expresso São José do Tocantins Ltda.

Objeto: Autorização para explorar linhas no transporte rodoviário intermunicipal de passageiros do Estado de Goiás.

A Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização dos Serviços Públicos – AGR, na forma legal, torna público para conhecimento dos interessados, nos termos do que dispõe a Lei nº 18.673, de 21 de novembro de 2014 e Decreto nº 8.444, de 1º de setembro de 2015, que, conforme Resolução Normativa nº 0055, de 04 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial nº 22.320, de 09 de maio de 2016, outorgou à empresa **EXPRESSO SÃO JOSÉ DO TOCANTINS LTDA.**, o direito de exploração das seguintes linhas: **I - Linha nº 04.100-00 – Goiânia a Niquelândia (via BR-414), II - Linha nº 04.500-00 – Anápolis a Corumbá de Goiás, III - Linha nº 04.501-00 – Corumbá de Goiás a Cocalzinho de Goiás, IV - Linha nº 04.502-00 – Anápolis a Pirenópolis e V - Linha nº 04.503-00 – São Domingos a Campos Belos**, conforme Termos de Autorização nºs 0074, 0075, 0076, 0077 e 0078/2016.

Goiânia, 2 de agosto de 2016.

Ridoval Darci Chiareloto
Conselheiro Presidente

PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO ESTADO
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 009/2013

O Estado de Goiás, ora contratante, através da Procuradoria-Geral do Estado, e a PREMIUM VEÍCULOS LTDA., CNPJ nº 06.922.560/0001-50, ora contratada, firmam, com base na Lei nº 8.666/1993, o Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 009/2013, para prorrogação, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, a partir de 30/07/2016, com reajustamento, do SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO AUTOMOTOR, TIPO PICK UP LEVE, à conta da dotação orçamentária 2016 1401.02.122.4001.4001.03.00, no valor total de R\$ 38.766,96 (trinta e oito mil setecentos e sessenta e seis reais e noventa e seis centavos), para atender à PGE/GO, com prestação continuada, decorrente da Ata de Registro de Preços nº 06/2012 SEGPLAN, tudo conforme processo nº 201309003002194 de 01/07/2013.

Gabinete do Procurador-Geral do Estado, em Goiânia aos 29 dias do mês de julho de 2016.

Alexandre Eduardo Felipe Tocantins
Procurador-Geral do Estado

AGÊNCIA GOIANA DE HABITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

REPUBLIÇÃO DE EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 001/2016
PROCESSO Nº 0538/2016
SEPNET Nº 201606031000076

A AGÊNCIA GOIANA DE HABITAÇÃO S/A - AGEHAB, através de sua Comissão Permanente de Licitação, torna público que após as alterações no edital, faz nesta agência, situada na Rua H-A, nº 541, 1º andar, Setor Aeroporto, Goiânia - Goiás, em sessão pública às 09h00min do dia 12 de setembro de 2016, no formato da Lei Federal nº 8.666 de 21/06/1993, Lei Estadual nº 17.928/2012 e Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, licitação na modalidade CONCORRÊNCIA, Menor preço, regime de execução empreitada por preço global por lote, destinada à Contratação de Empresa de Engenharia para a execução de 148 (cento e quarenta e oito) unidades habitacionais e pavimentação asfáltica distribuídas na Residência Cristina Park e no Residencial Solar do Bosque em Morrinhos - Goiás, reunidos em lotes, conforme constante do processo administrativo nº 0538/2016.

A Comissão Permanente de Licitação está à disposição dos interessados no horário das 8h às 12h e das 14h às 18h, pelo telefone (fix) 62.3096-5031 / 62.3096-5093.

Goiânia, 01 de agosto de 2016.

NEILA MARIA MELO DE OLIVEIRA
Presidente da CPL

AGÊNCIA GOIANA DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

AGR
EXTRATO Nº 0025/2016

A Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização dos Serviços Públicos - AGR, na forma legal, torna público para conhecimento dos interessados que autou o cadastro no sistema de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros do Estado de Goiás, de que trata a legislação vigente, das seguintes empresas:

- Processo nº 201600029003194
Interessado: REGINA MARIA FERREIRA MACHADO 6076217256
Resolução nº 140/2016 - CP.
- Processo nº 201600029003191
Interessado: M. G. DOS SANTOS TRANSPORTES - ME
Resolução nº 191/2016 - CP.
- Processo nº 201600029003191
Interessado: LFPNION M. FERREIRA - LOCAÇÕES - ME
Resolução nº 192/2016 - CP.
- Processo nº 201600029003179
Interessado: JEFFERSON LIMA DOS SANTOS 0070455436
Resolução nº 193/2016 - CP.
- Processo nº 201600029003191
Interessado: WILSON FERREIRA - ME
Resolução nº 194/2016 - CP.
- Processo nº 201600029003191
Interessado: GASPARI ALEXANDRE DE SOUZA 432472191
Resolução nº 195/2016 - CP.
- Processo nº 201600029003191
Interessado: TRANSPORTES COLLETIVO DUARTE LTDA
Resolução nº 196/2016 - CP.
- Processo nº 201600029003197
Interessado: ADVANCE TRANSPORTS AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - EPP
Resolução nº 197/2016 - CP.
- Processo nº 201600029003197
Interessado: D. F. VILELA - TUR - ME
Resolução nº 198/2016 - CP.
- Processo nº 201600029003193
Interessado: MARGUES ADMINISTRAÇÃO, GERENCIAMENTO E SERVIÇOS MODOCA LTDA
Resolução nº 199/2016 - CP.
- Processo nº 201600029003194
Interessado: ELISONIA CRISTINA BRUNO 9519340587
Resolução nº 200/2016 - CP.

- Processo nº 201600029003194
Interessado: FABRILUX TRANSPORTES E TURISMO LTDA - ME
Resolução nº 201/2016 - CP.
- Processo nº 201600029003193
Interessado: AMILTON ANTONIO DE SOUZA - ME
Resolução nº 202/2016 - CP.
- Processo nº 201600029003192
Interessado: BILU - TRANSPORTES E TURISMO EIRELI
Resolução nº 203/2016 - CP.
- Processo nº 201600029003193
Interessado: JAMJO JESUS RODRIGUES DA COSTA - ME
Resolução nº 204/2016 - CP.
- Processo nº 201600029003193
Interessado: VIACAO ORIENTE LTDA - ME
Resolução nº 205/2016 - CP.
- Processo nº 201600029003197
Interessado: CLEBER CARDOSO OZEIAS 7116688160
Resolução nº 206/2016 - CP.
- Processo nº 201600029003197
Interessado: DANIELLE SEVERIANO PAPALARDO 7647357057
Resolução nº 207/2016 - CP.
- Processo nº 201600029003193
Interessado: TRANSPORTES DE PASSAGEIROS LUCILIA LTDA - ME
Resolução nº 208/2016 - CP.
- Processo nº 201600029003194
Interessado: JSL S/A
Resolução nº 209/2016 - CP.
- Processo nº 201600029003191
Interessado: CDFR TURISMO E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME
Resolução nº 210/2016 - CP.

Goiânia, Quarta-feira, 13 de Julho de 2016.

Ridival Darci Chiarelo
Conselheiro Presidente

EXTRATO Nº 0025/2016
AGR

Processo nº: 201600029000675.
Interessado: Expresso São José do Tocantins Ltda.
Objeto: Autorização para explorar linhas no transporte rodoviário intermunicipal de passageiros do Estado de Goiás.

A Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização dos Serviços Públicos - AGR, na forma legal, torna público para conhecimento dos interessados, nos termos do que dispõe a Lei nº 18.673, de 21 de novembro de 2014 e Decreto nº 8.444, de 1º de setembro de 2015, que, conforme Resolução Normativa nº 005, de 04 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial nº 22.320, de 09 de maio de 2016, outorgou à empresa EXPRESSO SÃO JOSÉ DO TOCANTINS LTDA., o direito de exploração das seguintes linhas: I - Linha nº 04.100-00 - Goiânia a Niquelândia (via BR-414), II - Linha nº 04.500-00 - Anápolis a Corumbá de Goiás, III - Linha nº 04.501-00 - Corumbá de Goiás a Cocalzinho de Goiás, IV - Linha nº 04.502-00 - Anápolis a Pirenópolis e V - Linha nº 04.503-00 - São Domingos a Campos Belos, conforme Termos de Autorização nºs 0074, 0075, 0076, 0077 e 0078/2016.

Goiânia, 02 de agosto de 2016.
Ridival Darci Chiarelo
Conselheiro Presidente

EXTRATO Nº 0034/2016
AGR

Processo nº: 201600029000639.
Interessado: Expresso Maia Ltda.
Objeto: Autorização para explorar linhas no transporte rodoviário intermunicipal de passageiros do Estado de Goiás.

A Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização dos Serviços Públicos - AGR, na forma legal, torna público para conhecimento dos interessados, nos termos do que dispõe a Lei nº 18.673, de 21 de novembro de 2014 e Decreto nº 8.444, de 1º de setembro de 2015, que, conforme Resolução Normativa nº 005, de 04 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial nº 22.320, de 09 de maio de 2016, outorgou à empresa EXPRESSO MAIA LTDA. o direito de exploração das seguintes linhas: I - Linha nº 02.100-00 - Goiânia a Amorinópolis, II - Linha nº 02.101-00 - Goiânia a Doverlândia, III - Linha nº 02.102-00 - Goiânia a Ivolândia (via Cachoira de Goiás), IV - Linha nº 02.103-00 - Goiânia a Aurlândia, V - Linha nº 02.104-00 - Goiânia a Registro do Araguaia, VI - Linha nº 02.105-00 - Goiânia a São Luiz de Montes Belos, VII - Linha nº 02.106-00 - Goiânia a Firmínópolis, VIII - Linha nº 02.107-00 - Goiânia a Nazário, IX - Linha nº 02.500-00 - Nazário a São Luiz de Montes Belos, X - Linha nº 02.501-00 - Firmínópolis a São Luiz de Montes Belos, XI - Linha nº 02.502-00 - Iporá a Baliza, XII - Linha nº 02.503-00 - Iporá a Jaupaci, XIII - Linha nº 02.504-00 - Iporá a Jussara, XIV - Linha nº 02.505-00 - Jussara a São Luiz de Montes Belos, XV - Linha nº 02.506-00 - São Luiz de Montes Belos a Iporá (via Cachoira de Goiás), XVI - Linha nº 02.507-00 - Iporá a Amorinópolis, XVII - Linha nº 02.508-00 - Iporá a Ivolândia, XVIII - Linha nº 02.509-00 - Iporá a Doverlândia, XIX - Linha nº 02.510-00 - São Luiz de Montes Belos a Iporá (via Ivolândia) e XX - Linha nº 02.511-00 - Iporá a Registro do Araguaia, conforme Termos de Autorização nºs 0079, 0080, 0081, 0082, 0083, 0084, 0085, 0086, 0087, 0088, 0089, 0090, 0091, 0092, 0093, 0094, 0095, 0096, 0097 e 0098/2016.

Goiânia, 2 de agosto de 2016.
Ridival Darci Chiarelo
Conselheiro Presidente

EXTRATO Nº 0039/2016
AGR

Processo nº: 201600029000638.
Interessado: Empresa Moreira Ltda.
Objeto: Autorização para explorar linhas no transporte rodoviário intermunicipal de passageiros do Estado de Goiás.

A Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização dos Serviços Públicos - AGR, na forma legal, torna público para conhecimento dos interessados, nos termos do que dispõe a Lei nº 18.673, de 21 de novembro de 2014 e Decreto nº 8.444, de 1º de setembro de 2015, que, conforme Resolução Normativa nº 005, de 13 de junho de 2016, publicada no Diário Oficial nº 22.345, de 16 de junho de 2016, outorgou à Empresa Moreira Ltda. o direito de exploração das seguintes linhas: I - Linha nº 12.100-00 - Goiânia a Auraná, II - Linha nº 12.101-00 - Goiânia a Goiás, III - Linha nº 12.102-00 - Goiânia a Itaberaí, IV - Linha nº 12.103-00 - Goiânia a Jussara, V - Linha nº 12.104-00 - Goiânia a Matrinchã, VI - Linha nº 12.105-00 - Goiânia a Montes Claros de Goiás, VII - Linha nº 12.106-00 - Goiânia a Mossamedes, VIII - Linha nº 12.107-00 - Goiânia a Mozarlândia, IX - Linha nº 12.108-00 - Goiânia a Mundo Novo, X - Linha nº 12.500-00 - Auraná a Britânia, XI - Linha nº 12.501-00 - Mozarlândia a Povoado do Peixe e XII - Linha nº 12.502-00 - Mozarlândia a São José dos Bandeirantes, conforme Termos de Autorização números 0167, 0168, 0169, 0170, 0171, 0172, 0173, 0174, 0175, 0176, 0177 e 0178/2016.

Goiânia, 1º de agosto de 2016.
Ridival Darci Chiarelo
Conselheiro Presidente

AGÊNCIA GOIANA DE TRANSPORTES E OBRAS

AGÊNCIA GOIANA DE TRANSPORTES E OBRAS - AGEPTO CNPJ Nº 03.520.933/0001-08 Torna público que RECEBEU da Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos SECIMA, a AUTORIZAÇÃO nº 816/2016 referente à conclusão das obras do CENTRO DE EXCELENCIA, Laboratório de Capacitação, Estádio Olímpico, Goiânia de Esporte, Parque Aquático e Artes Marciais, situado à Avenida Paranaíba, Setor Central em Goiânia-Goiás válida até 14.07.2017.

AGÊNCIA GOIANA DE TRANSPORTES E OBRAS - AGEPTO CNPJ Nº 03.520.933/0001-08 Torna público que RECEBEU da Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos SECIMA, a AUTORIZAÇÃO nº 015/2016 referente à abertura e aquisição dos equipamentos do CENTRO CULTURAL OSCAR NIEMEYER, situado à margem da GO-423 nesta Capital Goiânia-Goiás, válida até 14.07.2017.

AGÊNCIA ESTADUAL DE TURISMO

RESULTADO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇO Nº 001/2016.

A Goiás Turismo - Agência Estadual de Turismo, através do Presidente da Comissão Permanente de Licitação, torna público o Resultado da Tomada de Preço nº 001/2016, cujo objeto é a Contratação de empresa para execução de obra da Orla do Lago de Vicentinópolis - GO, na qual o certame com sessão marcada para o dia 01/03/2016, foi declarado DESERTO.

Comissão Permanente de Licitação da Goiás Turismo - Agência Estadual de Turismo, em Goiânia, ao 01 dia do mês de agosto de 2016.

Andros R. Barbosa
Presidente CPL

Extrato do Contrato nº 349/2016

1. Processo nº:	201600029000630
2. Modalidade de Licitação:	Preço Eletrônico nº 04/2016
3. Identificação do Termo:	Contrato nº 349/2016
4. Objeto:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE ESTRUTURA PARA A REALIZAÇÃO 5ª ARRAIÁ DO CERRADO DA CIDADE DE GOIÂNIA
5. Partes:	CFF-ME/CNPJ-ME CNPJ/MF nº 03.549.463/0001-05 GOIÁS TURISMO - AGÊNCIA ESTADUAL DE TURISMO PAZ E FESTAS LTDA CNPJ/MF nº 07.611.949/0001-16
6. Vigência:	Data do início 01/07/2016 Data do fim 01/01/2017
7. Dotação Orçamentária:	2016.03.23.495.1063.2.339
8. Valor:	R\$ 184.500,00
9. Data de Assinatura:	01/07/2016
10. Sujeição à Legislação Vigente:	Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e as posteriores alterações.

Extrato do Contrato nº 350/2016

1. Processo nº:	201600029000630
2. Modalidade de Licitação:	Preço Eletrônico nº 04/2016
3. Identificação do Termo:	Contrato nº 350/2016
4. Objeto:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE ESTRUTURA PARA A REALIZAÇÃO 5ª ARRAIÁ DO CERRADO DA CIDADE DE GOIÂNIA